

Renegociação é trunfo de FH

BRASÍLIA — A renegociação das dívidas dos estados é um dos trunfos do Palácio do Planalto para pressionar os governadores a influírem junto às suas bancadas no Congresso para aprovação da emenda constitucional que prevê a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com o refinanciamento das dívidas dos estados, os governadores se transformaram em fortes aliados do Palácio do Planalto. Ontem, depois de assinar o acordo da dívida de seu estado, o governador Antônio Britto defendeu a reeleição do presidente, por considerar “impossível” administrar o país em apenas quatro anos.

“Não acho que seja coincidência o governo federal ter apressado a renegociação das dívidas estaduais, quando já anunciou que quer aprovar a emenda da reeleição”, disse a líder do PT, deputada Sandra Starling (MG). Em sua opinião, a manobra de renegociação das dívidas estaduais vai deixar todos os governadores a mercê do governo federal. “É a volta da política do pires na mão. A federalização das dívidas vai estimular a corrupção e ajudar a reeleição porque aumenta o poder de pressão do governo federal sobre os governadores que, por sua vez, vão pressionar suas bancadas”, avaliou.

Mas, na avaliação de alguns dos governadores, a renegociação das dívidas não deverá render votos para a reeleição. “Isso é uma questão política maior. Os governadores não têm poder para influenciar suas bancadas para aprovar a reeleição”, afirmou o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PT), cujo partido é contra a reeleição.

Segundo ele, o poder de pressão dos governadores sobre as bancadas na Câmara e no Senado só funciona em questões pontuais, como liberação de recursos para construção de hospitais e melhorias em estradas. “Há muitas diferenças

internas dentro dos partidos sobre a reeleição. E nós não temos controle sobre as bancadas nessa questão”, afirmou.

Buaiz se reuniu anteontem com os governadores de São Paulo, Mário Covas, de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, e de Alagoas, Divaldo Suruagy, para discutir a proposta de federalização das dívidas de seus estados. “Se os estados falirem, como o governo federal vai garantir o Plano Real? Todos os programas do governo federal não estão conseguindo socorrer os estados. Por isso, precisamos de dinheiro barato”, argumentou Buaiz.